

**ATA NÚMERO 38/XII/1ª SL**

**01.fevereiro.2012 – 10h00**

Aos 01 dias do mês de fevereiro de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audição do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude**, no âmbito de requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, para apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho sobre o regime jurídico e fiscal das sociedades desportivas, sobre a profissionalização dos árbitros e entidades equiparadas e ainda sobre a proteção das seleções nacionais e dos jovens praticantes desportivos.

**5. Audiência à Associação Música, Educação e Cultura – O Sentido dos Sons – 12h00**

**6. Outros assuntos**

**7. Data da próxima reunião**

08.fevereiro.2012 – 15h00

.....

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

**2. Aprovação de ata**

A ata da reunião da Mesa e Coordenadores, realizada em 24 de janeiro de 2012, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

**3. Comunicações do Presidente**

**3.1.** O Sr. Presidente colocou à consideração dos presentes a proposta do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens relativa às deslocações dos Deputados no âmbito do programa, que refere que nem a Comissão nem o Grupo de Trabalho asseguram o pagamento das despesas de deslocação, por não disporem de orçamento para o efeito. Refere ainda o documento que não há consenso relativamente à possibilidade de as despesas de deslocação serem asseguradas pela Assembleia da República, entendendo o PSD que o não devem ser, ao contrário do PCP, que defende que estas verbas devem ser custeadas pelo orçamento da Assembleia da República.

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD) manifestou a sua surpresa em relação ao regime de exceção, reiterando o seu desconhecimento em relação à disponibilização de carro e motorista para a deslocação aos locais dos debates, acrescentando que, ao longo dos vários anos de participação no programa, nunca foi reembolsado de qualquer despesa. Entende ainda que os Deputados não deverão preencher o boletim itinerário para estas deslocações.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou que a Comissão nada pode decidir em relação a esta questão, entendendo que os Deputados preenchem o boletim itinerário sempre que entendam que devem ser ressarcidos das suas despesas.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) considerou que estas ações não são em representação dos Grupos Parlamentares, mas da Assembleia da República, defendendo que deverá imperar o bom senso.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) sublinhou o interesse dos Deputados e dos Grupos Parlamentares em estarem presentes nas várias ações do programa, pelo que entende que a distribuição dos Deputados pelas sessões deverá ser efetuada, sempre que possível, com base em critérios de proximidade geográfica.

Por último, interveio o Sr. Presidente da Comissão, que afirmou que não dirigirá mais pedidos de transporte à Sra. Presidente a Assembleia da República. Considerou ainda que a entrega do boletim itinerário é uma questão administrativa e financeira, que integra o conjunto de direitos individuais dos Deputados, pelo que qualquer decisão sobre essa matéria ultrapassa a Comissão. Comunicou ainda que vai solicitar orientações sobre esta matéria à Senhora Presidente da Assembleia da República e ao Conselho de Administração, entendendo que os grupos parlamentares mais pequenos não devem ficar limitados na sua participação.

**3.2.** O Senhor Presidente lembrou a comunicação, já distribuída, sobre a reunião do Conselho da União Europeia da Educação, Juventude, Cultura e Desporto, agendada para 10 de fevereiro, e questionou os Srs. Deputados sobre a eventual realização, no âmbito do acompanhamento e apreciação, pela Assembleia da República, da participação portuguesa no processo de construção da União Europeia, de uma reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus, para ouvir o membro do Governo competente, em data anterior ou posterior à realização do Conselho. A decisão sobre esta questão foi adiada.

**3.3.** O Sr. Presidente informou que, na sequência da audiência conjunta com a 12ª Comissão, sobre a situação da Euronews, reuniu esta semana com a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Sra. Viviane Reding, que informou que existe hipótese de a Comissão Europeia apoiar esta emergência. A carta que preparou, conjuntamente com a 12ª Comissão, será distribuída a todos os Deputados.

**4. Audição do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude**, no âmbito de requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, para apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho sobre o regime jurídico e fiscal das sociedades desportivas, sobre a profissionalização dos árbitros e entidades equiparadas e ainda sobre a proteção das seleções nacionais e dos jovens praticantes desportivos.

A audição do Sr. Secretário de Estado do Desporto e Juventude foi gravada na íntegra, encontrando-se a gravação disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

Intervieram, na primeira ronda, os Srs. Deputados Paulo Cavaleiro (PSD), Laurentino Dias (PS), Artur Rego (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP).

Na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos Srs. Deputados Rui Duarte (PS), Pedro Pimpão (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Rui Jorge Santos (PS), Laurentino Dias (PS) e Paulo Cavaleiro (PSD).

## **5. Audiência à Associação Música, Educação e Cultura – O Sentido dos Sons**

Antes do início da audiência, a Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) manifestou a sua preocupação em relação a uma matéria abordada, há uns meses, pela Comissão, sobre o posicionamento dos partidos da maioria de que o Estado, enquanto associado de instituições, estaria em situação irregular, por se entender que não poderia ser fundador associado de uma instituição. Referiu ainda que a Associação Música, Educação e Cultura é constituída, integralmente, por sócios que são Ministérios, daí a preocupação em relação à possibilidade de a mesma poder ser ilegal ou irregular. Afirmou ainda que vai desenvolver esta matéria em sessões futuras, tentando aferir da legalidade do modelo jurídico que sustenta esta Associação. Por ter presidido a esta instituição durante 5 anos, transmitiu que estaria ausente da audiência, por razões éticas.

Os representantes da Comissão de Trabalhadores da Associação Música, Educação e Cultura – António Jorge Nogueira, João Barradas, Franz Dorsam, Ana Cláudia Serrão, André Albuquerque e Gerardo Gramajo – fizeram uma breve apresentação da Metropolitana, do seu trajeto ao longo dos 20 anos de existência e das suas valências – pedagógica e artística -, entendendo que se trata de um projeto único e exemplar no que à otimização de meios e recursos diz respeito e com um valor ímpar na cultura portuguesa, gerando os melhores músicos do País.

Apresentaram, de seguida, as suas preocupações em relação à situação financeira em que se encontra a Metropolitana, causada por sucessivas opções de gestão, que consideram questionáveis e que têm contribuído para o agravar do seu orçamento. Para além das dívidas à Segurança Social (cerca de 2 M €) e à DGCI (cerca de 1 M €), a Metropolitana registou um aumento de despesas, com o pagamento de indemnizações a trabalhadores, na sequência de despedimentos ilegais (na ordem dos 150.000 €). A Metropolitana registou também uma redução de receitas próprias, que ficou a dever-se a saída do projeto dos Ministérios que tutelam o Ensino Superior e o Trabalho, mantendo-se apenas a Secretaria de Estado da Cultura e a Câmara Municipal de Lisboa.

Os trabalhadores foram confrontados com um plano de viabilização, com o qual não concordam, dada a violência dos cortes salariais que prevê para os próximos dois anos (redução de 25% em todos os vencimentos), pretendendo-se, desta forma, que os trabalhadores contribuam, anualmente, com cerca de 1 Milhão de Euros. Lembraram ainda que os trabalhadores têm abdicado da atualização de salários desde 2003.

Neste sentido, apelam à Assembleia da República para que apoie na defesa desta instituição, sensibilizando o Governo para a necessidade impreterível de um compromisso com a Metropolitana, no sentido da sua viabilização.

Intervieram na audiência, para além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Conceição Pereira (PSD), Carlos Enes (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares e colocaram algumas questões, nomeadamente sobre a proposta da Comissão de Trabalhadores e respetiva disponibilidade para a viabilização da AMEC, sobre o relacionamento com a Câmara Municipal de Lisboa, sobre as receitas da AMEC e ainda sobre as diligências que têm sido, entretanto, efetuadas.

Em resposta às questões colocadas, referiram que nunca foram questionados sobre as opções de gestão, pelo que consideram inaceitável que o valor que é agora pedido aos trabalhadores, não sendo acionistas, seja igual à dotação da Câmara Municipal de Lisboa. Esclareceram ainda que se mantêm as condições que levaram à destituição do Mastro Graça Moura, no que diz respeito à acumulação de funções.

Referiram-se ao comportamento da direção, que tem convocado os trabalhadores, individualmente, ameaçando-os de despedimento e outras represálias. Em relação ao plano de viabilização que é pedido aos trabalhadores, consideram a sua apresentação inviável, uma vez que lhes tem sido negado o acesso às contas.

Por último, apresentaram propostas, no sentido de se deixar em crédito os subsídios de férias e de Natal e de as dívidas serem amortizadas num período mais longo.

A documentação desta audiência encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

## **6. Outros assuntos**

## **7. Data da próxima reunião**

08.fevereiro.2012 – 15h00

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 01 de fevereiro 2012

**O PRESIDENTE**

**(José Ribeiro e Castro)**

Ata aprovada na reunião de 7 de fevereiro de 2012.

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Enes  
Emídio Guerreiro  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Rui Pedro Duarte  
Emília Santos  
Laurentino Dias  
Maria Gabriela Canavilhas  
Pedro Alves  
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques  
Heloísa Apolónia  
Inês de Medeiros